

COERÊNCIA
VERDADE

O MANDATO EM REVISTA

DEPUTADA FEDERAL PC DO B

ALICE A DEPUTADA
DA BAHIA
PORTUGAL

6522

Uma lutadora
em movimento



EDITORIAL



Brasil e a Bahia têm experimentado o sabor da democracia. Afinal, este é o mais longo período contínuo de liberdades políticas desde a proclamação da República.

A eleição e reeleição de Lula, e o mandato de quatro anos da presidenta Dilma, trouxeram para cena nacional direitos políticos e sociais há muito buscados pelo nosso povo.

Hoje podemos comemorar que saíram da miséria 40 milhões de brasileiros.

Que o programa 'Minha casa minha vida' substituiu gradualmente moradias precárias e retira da condição de morador de rua, centenas de milhares de famílias.

No terreno educacional, que o país amargurado assistia os fechamentos dos



Cefet's e a estagnação destrutiva das universidades federais, conseguimos uma expansão extraordinária. Somente na Bahia, saímos de uma, para seis universidades federais. Mais de 30 núcleos de institutos federais foram criados e o Instituto Federal Baiano nasce da junção das antigas escolas agro-técnicas federais com as escolas da CEPLAC.

A aprovação do Plano Nacional de Educação, nas suas 20 metas, planeja uma mudança qualitativa no cenário educacional, além da conquista dos 10% do PIB para a educação e 75% dos royalties do pretróleo.

O Brasil tem figurado entre as nações em desenvolvimento, defendendo as teses emancipatórias e a auto-determinação dos povos.

A Bahia também tem avançado em direção a um novo tempo. Estradas em ordem, relação republicana com todas as forças políticas, fazem parte deste momento.

Porém, como militante social, não me escuso de abordar as fragilidades de governos de alianças amplas, onde visões contraditórias se enfrentam.

Tenho clareza que o saldo, no entanto, tem sido positivo para o povo baiano e brasileiro.

A solução para estas contradições só será achada no movimento popular.

Este deve tomar nas suas mãos a realização de pressão permanente, para que avancemos mais com as mudanças em nosso estado e em nosso país.

Realizo o meu terceiro mandato como deputada federal, sou candidata à reeleição.

Renovo meu compromisso com a pauta democrática, por reformas política, tributária, e pela democratização da mídia.

Defendo a pauta integral dos trabalhadores: pelo fim do fator previdenciário, garantia de reajuste anual dos aposentados, contra a desregulamentação do trabalho, que configura a derrota dos direitos conquistados.

Honro meu papel de servidora pública e votei contra a reforma da Previdência. Agora buscamos reaver direitos atingidos. Voto pela licença classista, pela previdência pública, contra modelos exóticos que dilapidam a soberania do Estado nacional.

Sou contra o racismo, a homofobia e defendo com segurança o direito da mulher, contra qualquer tipo de violência. Elevo o direito do idoso, da juventude e da criança.

Em torno deste programa, que defendo com energia peço o seu **VOTO**.

COERÊNCIA
VERDADE

O MANDATO EM REVISTA

Esta publicação é um material de campanha da deputada Alice Portugal

Tiragem: 1.500 exemplares

Projeto gráfico: P55 Comunicação

Diagramação: Vladesk Falcão

Redação: Alice Portugal e equipe

Fotos: Américo Barros, Lóris Canhetti, Maiana Neves, Richard Silva/Liderança PCdoB, Susana Hamilton, Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

CNPJ da deputada: 20.565.043/0001-21

SUMÁRIO

Alice Portugal: uma deputada que honra a Bahia	Pág. 04
Em defesa do Funcionalismo público	Pág. 05
Direitos dos trabalhadores	Pág. 09
Mosaico parcerias	Pág. 14
Cultura e cidadania	Pág. 20
Educação	Pág. 23
Infância e Juventude	Pág. 25
Direitos da Mulher e combate ao racismo	Pág. 26

Alice Portugal: uma **deputada** que honra a Bahia

Esta publicação passa em revista seu mandato e renova suas energias para continuar lutando em defesa da Bahia e do Brasil, com foco nas mais autênticas reivindicações do nosso povo.

Alice Portugal é candidata a Deputada Federal. Sua voz é chama acesa em defesa do nosso povo.

ALICE PORTUGAL - 6522

Caminhos e **ações**

Farmacêutica, bioquímica e servidora da UFBA, revelou sua capacidade de liderança ainda muito jovem, quando militou no movimento estudantil e lutou contra a ditadura militar. Integrou a direção do DCE-UFBA e participou ativamente da reconstrução da UNE, em 1979.

ALICE PORTUGAL presidiu, na década de 80, por três vezes, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA (Assufba) e liderou greves, enfrentando a política neoliberal de Collor e FHC.

ALICE PORTUGAL foi eleita deputada estadual em 1994 e 1998. Fez história enfrentando com destemor o esquema carlista e recebeu todos os prêmios de melhor parlamentar conferidos pela imprensa baiana. É autora da Lei que criou o Conselho Estadual da Mulher e recriou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Lutou contra a privatização da Coelba, Telebahia, Baneb e contra a extinção da Bahiafarma.

Exerce seu terceiro mandato como deputada federal e é presidente da Co-

missão de Cultura. Por sua atuação de destaque, figura pela sexta vez no seletor grupo dos “Cem mais Influentes do Congresso Nacional”.

Alice Portugal mantém sua coerência ao defender o Estado nacional soberano, os direitos de servidores públicos e aposentados e o fim do fator previdenciário. Rejeita a entrega do patrimônio público ao setor privado.

Atua pelo fortalecimento do SUS. Teve papel decisivo na aprovação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Defende a jornada de 30 horas para profissionais de enfermagem e os âmbitos profissionais e direitos de farmacêuticos, assistentes sociais, odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas e é aliada dos médicos por melhores condições de trabalho e pela carreira nacional.

Guerreira da educação participou da conquista das cinco novas universidades federais na Bahia e agora luta pela criação das universidades federais da Chapada



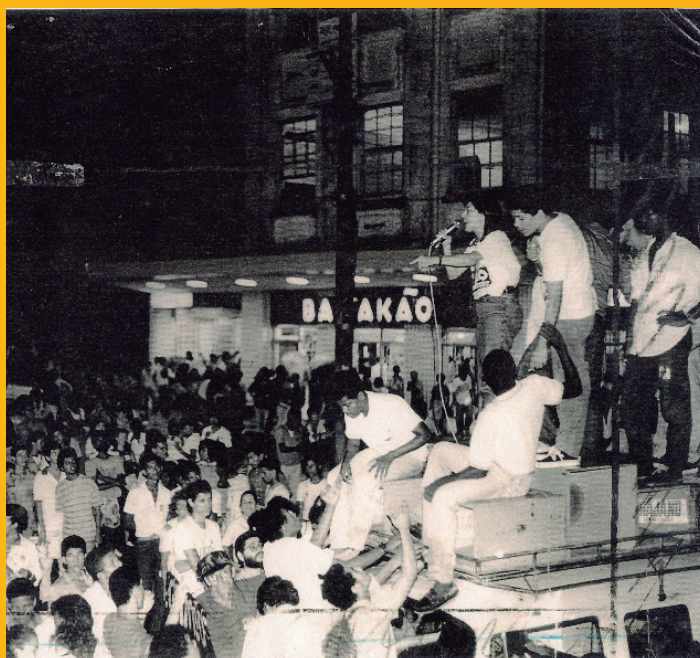
Diamantina, do Nordeste e do Sudoeste Baiano. É uma das autoras da Lei do Piso Salarial Nacional do Professor e foi protagonista na aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que garantiu 10% do PIB e 75% dos royalties do petróleo para a educação.

Alice Portugal rebela-se contra toda a opressão a jovens, negros, índios e mulheres. Participou da aprovação da Lei Maria da Penha e mudou as regras eleitorais, fixando a cota de 30% para candidaturas femininas. Foi referência na conquista da aposentadoria especial para a mulher policial na esfera federal. Atuou na aprovação da PEC das domésticas e é autora do PL 6653/09, que garante igualdade salarial entre homens e mulheres para mesmas funções.

Alice Portugal faz da Política uma Ferramenta de Transformação Social

Filiou-se ao PCdoB em 1978 e nunca mudou de partido. É fiel à sua ideologia e jamais teve o seu nome vinculado a qualquer conduta que manche sua história.

Alice Portugal **defende** que o governo tenha um novo olhar sobre o serviço público



Apoiadora das vitórias sociais dos governos de Lula e Dilma, Alice Portugal defende que o governo tenha um novo olhar sobre o serviço público. “Para além de reajustes básicos e garantia de planos de carreira, é urgente que se acelere o atendimento da pauta geral do setor, altamente prejudicado com as retiradas de direitos, feitas pelo governo tucano de FHC, e pela pressão da política econômica que entende como gasto público, qualquer investimento para melhorar os serviços prestados à população”, afirma a Deputada.

▼ Alice Portugal enfrentou os ataques contra a previdência pública. Manteve sua coerência e votou contra:

- a reforma da Previdência: que retirou dos novos servidores o direito à paridade e integralidade dos salários na aposentadoria. Que ainda, impôs ao aposentado, com salários médios, a continuar a pagar a previdência;
- o Plano de Previdência Complementar da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), (PL1.992/2007), que entrega parte da aposentadoria do servidor federal para a exploração do setor privado;

- as fórmulas exóticas para a administração federal como “organizações sociais”, “fundações estatais de direitos privado”, que mascaram a privatização da máquina pública;
- a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que entrega ao setor privado a administração dos Hospitais Universitários.

Propostas que defende para o serviço público:

- imediata regulamentação da Convenção 151 da OIT, que garante a negociação coletiva para os servidores públicos.
- regulamentação da Data-Base para reajuste salarial;
- equiparação e correção dos benefícios Indenizatórios com os poderes Legislativo e Judiciário (auxílio alimentação, auxílio creche, dentre outros);
- aprovação da PEC555/06, que regulamenta a redução gradativa da contribuição previdenciária a servidores aposentados e pensionistas;
- aprovação da PEC339/09- Adicional Noturno para os trabalhadores da segurança pública (PMs,CBMs,PRF,PF,PC,etc);
- regulamentação do Adicional de Fronteira-Lei12.855/2013;
- compromisso do Governo Federal em consultar as entidades classistas sempre que for alterar a lei 8.112/90, repudiando fatos como o que ocorreu no relatório da MP 623/13, que altera o Art.53 da referida lei em seu parágrafo 3º, sobre ajuda de custo no caso de remoção a pedido.

Lado a lado com os

Servidores técnico-administrativos das universidades federais

Alice representa com muita determinação sua categoria no Congresso. Dirigiu várias jornadas de lutas e colaborou para grandes conquistas.

Destacam-se os planos de carreira, vitórias judiciais, como o saque do FGTS, a indenização por retirada das 30h, o combate à retirada ilegal das horas extras, e finalmente participou da conquista dos turnos contínuos de trabalho na UFBA. Ao lado de Renato Jorge, Vicente Neto e dezenas de experientes lideranças, realizam um trabalho de agregação e fortalecimento da Assufba, que faz deste, um grande sindicato do setor.

Alice Portugal, denuncia: EBSEH quebra a autonomia universitária e privatiza Hospital das Clínicas.

Com a justificativa de superar irregularidades com terceirizados, o Ministério do Planejamento, criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), estrutura privada, que além de não resolver o drama dos terceirizados, já que só contam com dois anos de estabilidade, ainda quebra a autonomia universitária ao alterar a relação entre ensino e assistência, que fizeram dos HU's os mais qualificados centros de formação em saúde do Brasil.



Alice Portugal foi relatora e aprovou o PL dos Vigilantes das Universidades e Institutos Federais.

Deu parecer favorável na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP) como relatora do PL 4.742/2012, que autoriza o Poder Executivo a instituir o adicional de 30% por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de educação superior e de pesquisa científica e tecnológica. Ela exaltou o papel fundamental dos vigilantes na proteção de vidas, e do patrimônio físico e cultural das IES federais.

Alice Portugal defende licença classista para os sindicatos.

O governo FHC defenestrou o Regime

Alice Portugal intercede pelos servidores das universidades na Greve de 2014

Para solucionar o impasse da greve da categoria, iniciada em 17 de março de 2014, a deputada promoveu audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Jurídico Único dos servidores públicos federais em quase 50 artigos. Uma das conquistas mais importantes foi ferida: a licença, para que o dirigente sindical eleito, possa exercer seu mandato, sem prejuízos à sua carreira.

Policiais Rodoviários Federais

Eleita mais uma vez em 2014 para presidir a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Alice tem sido parceira constante da categoria e interlocutora de suas reivindicações junto ao Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Casa Civil e Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Antigas reivindicações da categoria, como aproveitamento integral dos aprovados

trabalhadores públicos

no concurso PRF de 2013 o aumento do quadro de administrativos investimento em tecnologia e equipamentos e o pagamento de horas extras têm sido tratadas. Além disso, a Deputada tem trabalhado junto aos líderes partidários para garantir a aprovação imediata da PEC 339/2009, que assegura o direito ao adicional noturno aos policiais militares, bombeiros militares e aos integrantes dos órgãos de segurança pública. No plano estadual, Alice conseguiu incluir entre as emendas da bancada da Bahia ao Orçamento da União emenda destinando 40 milhões de reais para a construção da nova sede da PRF na Bahia.

Mulher Policial

Depois de liderar esta justa luta, a deputada Alice Portugal comemorou com entusiasmo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 275/2001, que institui a aposentadoria especial de 25 anos, para mulher policial servidora federal. A lei corrigiu a injusta regra, que impunha a aposentadoria igual a dos homens, que vigia desde a promulgação da Constituição Federal.

Em reconhecimento por seu empenho na defesa da mulher policial, a deputada recebeu em abril deste ano homenagem da International Police Association (IPA Brasil).



A deputada Alice Portugal defende a aprovação da PEC 555/2006 que revoga a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. Segundo a Deputada, é preciso devolver aos aposentados e pensionistas o direito líquido e certo de terem as suas aposentadorias integrais, atingidas pela reforma da Previdência.

Alice realiza audiência para discutir esvaziamento do quadro de funcionários do Banco Central

Para discutir a redução do número de funcionários do Banco Central do Brasil (BCB) e o "Risco de RH", a Deputada Alice Portugal realizou audiência pública no dia 10 de junho de 2014. O número atual de analistas e técnicos no quadro de pessoal do BCB está defasado, Segundo a Lei 9.650/98: são 3.771 servidores ativos, 40% do permitido, que é 6.170. Nos últimos cinco anos, 1.759 servidores se aposentarem.

Alice abraça causa dos servidores das agências nacionais de regulação

Garantiu apoio para as negociações com o governo federal sobre as reivindicações das dez agências nacionais de regulação e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A busca continua pela reestruturação da carreira e por melhores condições de trabalho.

Servidores do Ministério da Cultura querem Plano de Carreira

A deputada Alice Portugal propôs audiência pública, na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público, para discutir as reivindicações dos servidores do Ministério da Cultura, acerca da correção das distorções salariais e a estruturação do Plano de Cargos e Salários da categoria.

Projetos que põem em **risco** os direitos dos servidores e a feição do estado

Fundações públicas de direito privado (PLP92/07), estruturas de natureza jurídica privada, para as quais já estão sendo ilegalmente repassados hospitais e outras estruturas públicas. Ao lado do Conselho Nacional de Saúde e entidades da área, em grande mobilização no Congresso, conseguiu-se impedir, até então, a votação do projeto.

Outros projetos devem ser acompanhados a fim de impedir novos prejuízos aos servidores federais:

- Projeto de Lei Complementar (PLP) 1/07
- Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09
- Projeto de Lei Complementar (PLP) 554/10
- PL 4497/01 - Direito de greve.

Servidores públicos estaduais



Alice segue firme, apoiando os servidores públicos do Estado da Bahia

Sempre presente nas lutas da Federação de Trabalhadores do Estado da Bahia (Fetrab), a deputada federal Alice Portugal compreende que “um governo erra menos, quando ouve mais”. Tem a convicção que não é emudecendo as mobilizações e lutas das categorias que se afirma um governo popular. “A grande arte de um governo popular, nos marcos de uma sociedade ainda excludente, é saber transitar entre a realização e a crítica”. Neste contexto, Alice destacou-se como o porto seguro dos servidores públicos que trabalham em prol da defesa do Estado nacional soberano.

PEC do Judiciário dos Estados brasileiros

A PEC 190/07, de autoria do ex-deputado Flávio Dino e da deputada Alice Portugal, muda a Constituição permitindo que o STF envie, em 365 dias, uma proposta de regulamento nacional para o trabalho

dos serventuários do Poder Judiciário em todo o país. A PEC 190 foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, em 31 de outubro de 2013, e tramita no Senado como PEC 59/2013.

Alice tem participado da mobilização nacional promovida pela Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (Fenajud) e sindicatos filiados pela aprovação da PEC de sua autoria, tendo participado recentemente de seminário promovido pelo Sinpjud/BA, em Camamu e Ilhéus, ao lado de Zezé e demais diretores do sindicato.

Servidores do Judiciário Federal não perdem com a PEC 190

Alice Portugal, aliada fiel da FENAJUF/SINDJUF e dos servidores do Judiciário nacional, tendo sido uma guerreira na aprovação de seus planos de carreira, participado de todas as greves da categoria como nenhum outro parlamentar, tem enfrentado uma injusta campanha difamatória, com nítido conteúdo eleito-reiro, que diz que os servidores da justiça federal seriam prejudicados com a PEC 190, e que sairiam do RJU (Lei 8.112). Alice deixa claro que isso seria impossível. A PEC 190 apenas permitirá que faça uma readequação de cargos, suas nomenclaturas e funções.

Coerência, coragem e verdade. Em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.



Extensão poderosa da voz de trabalhadores e trabalhadoras no Congresso Nacional, Alice Portugal jamais se esquivou de assumir estas posições autênticas e vinculadas às reais necessidades das categorias organizadas no país. Aprendizado obtido na mais pura tradição de luta do seu Partido, o PCdoB.

Uma grande parcela do Congresso é sabidamente comprometida com o capital. Alice classifica de ‘penas alugadas’ os deputados encomendados pelo setor patronal que a todo o momento investem contra direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Alice Portugal clama, a todo o momento, para egermos mais parlamentares nascidos nas lutas reais do povo e diz:

“Esta mudança de qualidade do Parlamento será de grande importância para a manutenção dos direitos conquistados com muita luta”.

A deputada Alice defende as principais bandeiras empunhadas pelas centrais sindicais.

Ataques aos direitos trabalhistas que a mídia não divulga

Recentemente dois fatos chamaram a atenção do Brasil, sem que a mídia desse qualquer destaque:

1 - Derrubada da multa de 10% por demissão sem justa causa.

O Brasil está entre os campeões mundiais desta modalidade. O lobby do capital conseguiu ter a maioria dos 513 deputados. Os trabalhadores só obtiveram 95 votos. Esta multa é uma parte dos recursos, que mantém o programa

‘Minha casa, minha vida’, que se viu ameaçado caso a decisão prosperasse. A sorte é que a presidenta Dilma vetou esta decisão em benefício do povo pobre.

2 - O projeto que aumentou a jornada de trabalho dos motoristas e caminhoneiros. “Um absurdo que poderá levar a mais acidentes e mais mortes nas estradas”, afirma a Deputada. O placar foi também favorável aos patrões.

Portuários

Numa atuação decisiva no Plenário da Câmara durante votação da PEC dos Portos em 2013, Alice conseguiu incluir quatro emendas ao texto que garantiram importantes conquistas dos trabalhadores portuários, entre elas a que estabelece que a administração do porto, deve organizar com pessoal de seu quadro funcional, a guarda portuária e a que torna o Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário (OGMO) solidário também com dívidas trabalhistas relativas a acidente do trabalho.

Alice Portugal defende que o Congresso vote a **PAUTA DOS TRABALHADORES**



- ▶ Derrubada do PL 4.330/2004, da Terceirização;
- ▶ Redução da jornada para 40 horas semanais sem redução salarial;
- ▶ Fim do fator previdenciário;
- ▶ Igualdade de oportunidades e salários iguais para homens e mulheres;
- ▶ Jornada de 30 horas para profissionais de enfermagem;
- ▶ Ratificação da Convenção 158 da OIT;
- ▶ Dentre outras reivindicações.

Na defesa das profissões regulamentadas

Alice Portugal mantém uma forte parceria com conselhos federais, regionais e sindicatos profissionais. Em um país em que o trabalho é regulamentado por ramo de atividade e que estas profissões sofrem com as tentativas de precarização, terceirização e outras formas de ataques a seus fazeres, é preciso estender-lhes direitos comuns a outras categorias trabalhistas, estabelecendo pisos salariais e regulamentando jornadas de trabalho compatíveis com o desempenho de funções específicas, além da justa definição de seus âmbitos profissionais.

Pelo seu trabalho, Alice Portugal foi laureada pelo Conselho das Profissões regulamentadas. Farmacêuticos, Assistentes Sociais, Médicos, Psicólogos, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Odontólogos são parceiros do dia a dia desta parlamentar.

Em 2012, Alice recebeu o Prêmio Personalidade Profissional 2012 da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados, na categoria Farmácia.

Grande **vitória** da farmácia brasileira

Única parlamentar farmacêutica na Câmara dos Deputados, Alice tem sido, ao lado das entidades farmacêuticas, o sustentáculo da luta da sua categoria no Congresso Nacional. Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, ela liderou as articulações para transformar a farmácia em estabelecimento de saúde, por meio de um projeto que tramita há 20 anos na Casa. Acompanhou a dura negociação com o setor do grande comércio farmacêutico para garantir o primordial: assistência farmacêutica e assistência à saúde para a população.

O Projeto foi aprovado na Câmara e no Senado. A Presidenta Dilma sancionou na noite de 06/08/2014. Agora é Lei: a Far-

mácia Brasileira tem novo status legal. Estabelecimento de assistência farmacêutica e de assistência à saúde. “O profissional farmacêutico é o único preparado para este ofício e a sua presença à frente das farmácias garantirá uma redução na automedicação, um uso racional do medicamento e uma eficácia maior nos tratamentos prescritos”, disse a Deputada.

Surpreendeu-nos, no entanto, a edição da MP 653, que remete uma pequena parte do setor de farmácias à Lei 5991, mantendo uma zona de manobra para o não cumprimento da nova Lei 13021. A deputada já emendou a Medida Provisória e lutar para afirmar integralmente nossa vitória.

Regulamentação da profissão de historiador

Como relatora do PL 7.321/2006 na Comissão de Educação, Alice Portugal proferiu parecer favorável à proposição que regulamenta o exercício da profissão de historiador. De acordo com a proposta, historiador é o profissional responsável pela realização de análises, de pesquisas e de estudos relacionados à compreensão do processo histórico e pelo ensino da História nos diversos níveis da educação. O PL foi aprovado na CTASP e na CCJ e está pronto para votação em plenário.



30 horas para enfermagem já!

Uma das mais convictas vozes no Congresso em defesa da jornada de 30 horas para profissionais de Enfermagem, Alice luta incansavelmente para pautar a matéria como prioritária no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados.

A resistência à votação do projeto é incentivada por parcela do setor privado, que teme um impacto financeiro alto para tal.

Para romper a resistência, junto com as entidades, construiu-se uma subemenda aglutinativa ao texto original, onde com habilidade, os representantes da categoria constroem um escalonamento de aplicação das 30 horas. Agora, o argumento do impacto imediato, utilizado por segmentos do setor privado, cai por terra. A saúde precisa e a enfermagem merece: 30 horas já!

Agentes Comunitários de Saúde

Membro efetivo da Comissão Especial que estudou o Plano de Carreira e o Piso Salarial Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, Alice Portugal brigou durante sete anos pela aprovação do piso salarial da categoria na Câmara dos Deputados. Em maio de 2014, comemorou a aprovação da proposta que fixa em R\$ 1.014,00 o piso salarial nacional para os agentes de Saúde e de Combate a Endemias, com jornada de 40 horas semanais. “O papel dos agentes comunitários na saúde em um país continental como o nosso é fundamental. É um piso pequeno, mas que dará dignidade a esses profissionais que formam um verdadeiro exército civil a serviço do SUS, indo aonde ninguém vai, levando saúde às mais remotas fronteiras do Brasil”, diz a deputada.



Em **defesa** dos fisioterapeutas e dos Terapeutas Ocupacionais.



Após ampla consulta e discussão em audiências públicas que promoveu com representantes dos Ministérios da Saúde e Educação, Conselhos de Medicina, de Fisioterapia e áreas afins, Alice Portugal posicionou-se valorizando respeitosa-mente a prática da quiropraxia, porém sugerindo que esta técnica, seja ministrada nas universidades brasileiras como uma especialidade da fisioterapia. Sugere também o aproveitamento das disciplinas equivalentes, até então cursadas.

Alice Portugal justifica seu parecer fundamentado no modelo de organização do trabalho, por ramo de atividade no

Brasil. “Nos EUA, não existe o fisioterapeuta, mas aqui eles cumprem um curso de longa duração, com toda a complexidade das disciplinas básicas da área de saúde. Já os cursos, por hora oferecidos para formar quiropratas, não seguem o padrão curricular brasileiro”.

A deputada Alice Portugal fez ao lado do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Bahia uma verdadeira maratona para implantar cursos de Terapia Ocupacional.

A UFRB reconheceu o valor deste profissional e será a primeira universidade pública a oferecer o curso no nordeste.

Alice **propõe** que Biblioteca Pública da Bahia, seja Biblioteca Nacional



Por seu trabalho na Câmara dos Deputados em prol das bibliotecas públicas, Alice foi agraciada, em 2012, com o Prêmio Personalidade do Ano pela Biblioteca da Presidência da República, em conjunto com o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab), com o Conselho Regional de Biblioteconomia.

A deputada foi uma das articuladoras que se sobressaíram na luta para aprovar o Projeto de Lei nº 3.044/08, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas.

O projeto, que foi sancionado pelo presidente Lula em 2010, dando origem à

Lei nº 1.244/2010, que prevê a criação e a manutenção de bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino da Federação e determina também que as bibliotecas escolares deverão ficar a cargo de bacharéis em Biblioteconomia.

A deputada Alice Portugal também é autora da indicação de elevação da Biblioteca Pública da Bahia, com 202 anos de fundada, em Biblioteca Nacional. “Salvador foi a primeira capital do Brasil e todo o acervo histórico, cartográfico, político e social do primeiro período colonial encontrasse nesta biblioteca, o que justifica esta mudança de padrão, igualando-a às similares das duas outras capitais”, disse Alice.

Alice Portugal é autora de vários projetos pela valorização do assistente social

Alice Portugal tem três projetos em defesa da profissão do assistente social. O PL 3.145/2008 determina que todas as instituições ou empresas urbanas e rurais que atuam na produção, prestação de serviços de assistência social, planejamento, previdência, habitação, educação, saúde e ação comunitária, devem contratar e manter em seus quadros o assistente social.

O PL 5.278/2009 dispõe sobre o salário mínimo profissional do assistente social, estabelecendo como piso salarial o patamar de R\$ 3.720,00, correspondente a 8 salários mínimos vigentes à data da proposição.

Com o PL 3.150/2008, Alice propõe, ainda, o adicional de insalubridade para a categoria.

Alice Portugal: **Parceira** de qualidade em toda a Bahia

O mandato da **deputada Alice Portugal** é frequente e atuante junto às lideranças municipais.

A deputada Alice Portugal indica emendas do Orçamento da União para os municípios baianos e é responsável por uma enorme quantidade de praças, quadras, estádios, escolas, hospitais, calçamentos, sistemas de esgotamento sanitário, Unidades de Pronto Atendimento em Saúde espalhados por toda a Bahia.

Ela também encaminha as reivindicações de prefeitos e vereadores para Ministérios, Governo do Estado e Secretarias de Estado.

Alice Portugal defende uma reforma tributária que venha a desonerar as finanças municipais. Tem projeto para retirar do âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal as despesas de pessoal das áreas de saúde e educação, represadas pelo limite prudencial.

Realiza um trabalho de elevação da consciência política do nosso povo, dando sentido social a estas iniciativas.

Seguem algumas imagens da nossa Deputada com lideranças municipalistas, populares, sindicais e seus candidatos Deputados Estaduais da Bahia.



Com lideranças



municipalistas



Com lideranças



populares e sindicais



A Deputada Alice Portugal, em março de 2014, assumiu a Presidência da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Esta comissão, com apenas dois anos de criada, tem sido ponta de lança no debate das mais importantes temáticas da cultura e do setor cultural brasileiro.

O mandato de Alice Portugal tem ampla atuação em prol do fortalecimen-

to da cultura brasileira. A Deputada é autora de duas importantes leis sancionadas em 2013 pela Presidência da República: a lei 12.819/2013, que elevou o 2 de Julho, dia da independência da Bahia, à data comemorativa nacional, e a Lei 12.840/2013, que destina a museus brasileiros obras de arte sob a custódia do governo apreendidas em operação

ilegais, extraviadas ou dadas como quitação de dívidas.

É também de sua autoria o projeto de lei que institui o Dia do Documentarista Brasileiro, em tramitação na Câmara. Além disso, Alice destina recursos da União à atividade artística, provenientes de sua cota de emendas parlamentares.

Alice Portugal defende

- Fundo Setorial do Audiovisual;
- Cota de telas;
- PEC 150;
- Vale Cultura;
- Programa Nacional de Fomento à Cultura (Procultura);

- Isenção de PIS/Cofins para cooperativas culturais (APROVADO);
- Federalização do Museu Nacional da Cultura AfroBrasileira (Muncab);
- Aprovação da Lei Cultura Viva (APROVADA).



Fundo Setorial do Audiovisual

Alice defende maior investimento público na produção audiovisual brasileiro, foi relatora no Projeto de Lei nº 7.193/2010, de autoria do Executivo, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual.

Cota de telas

Alice defende a manutenção da “cota de tela”, instrumento legal regulamentado pela Agência Nacional de Cinema (Ancine)



que prevê a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais por determinados períodos nos cinemas.

PEC 150

Alice Portugal defende e é coautora da PEC 150/2003, que prevê o repasse anual para a cultura de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento dos estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios.



Vale Cultura

A lei disponibiliza R\$ 50 mensais para o funcionário com carteira assinada e vencimentos de até cinco salários mínimos, mas é necessário que o empregador tenha feito adesão. Alice Portugal pretende ampliar o debate sobre o benefício entre representantes patronais e de trabalhadores, para que nos acordos coletivos das categorias este direito possa estar contido.

Programa Nacional de Fomento à Cultura (Procultura)

Como relatora do Procultura na Comissão de Educação e Cultura, em 2010, Alice aprovou o projeto do Executivo que substituiu a Lei Rouanet e pretende dobrar o valor dos recursos de estímulo a projetos culturais, além

de desconcentrar os investimentos que atualmente priorizam a região Sudeste.

Alice Portugal propõe a criação do Selo Jorge Amado para a empresa amiga da cultura

Destinado a agradecer as empresas que se destacam na concessão do Vale Cultura a seus empregados e as que financiam, via isenção fiscal, projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura.

Dia do Documentarista



A pedido da Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas (ABD), Alice Portugal propôs a criação do Dia do Documentarista Brasileiro. O dia sugerido para a data é 7 de agosto, dia do aniversário de Olney São Paulo, documentarista baiano perseguido pelo regime militar e cuja morte acreditasse que tenha se dado em função de seqüelas da tortura de que foi vítima nos porões da ditadura.

Dois de Julho agora é data nacional!

Em 5 de junho de 2013, a presidenta Dilma sancionou a lei 12.819/2013, de autoria de Alice Portugal, que instituiu o 2 de Julho como data histórica no calendário das efemérides nacionais. Como importância da lei, a parlamentar cita, entre outras coisas, o registro que o 2 de Julho terá nos livros de História do Brasil. Ela também acredita que a instituição da data vai dar maior legitimidade e visibilidade ao debate em torno da restituição do nome 2 de Julho ao Aeroporto Internacional de Salvador.

Também é lei de Alice Portugal

Destinação de obras de arte apreendidas à União

É de autoria de Alice Portugal a lei 12.840/2013, sancionada pela Presidência da República em 9 de julho de 2013, que destina a museus brasileiros obras de arte sob a custódia do governo que foram apreendidas, extraviadas ou dadas como quitação de dívidas. A lei cria mecanismos que asseguram o acesso da população às obras de arte nessa situação. Na maioria dos casos, elas encontram-se em deterioração por estarem em locais inadequados.

Isenção de PIS/Cofins para cooperativas culturais

Alice foi uma das principais articuladoras na Câmara para aprovação da emenda 49 ao texto final da Medida Provisória 627/2013, que, entre outras providências, isentou as cooperativas culturais do pagamento de PIS/Cofins, reduzindo a carga tributária e favorecendo a produção cultural.

MUNCAB e a defesa dos museus brasileiros

Em julho de 2013, Alice integrou a comitiva que recebeu a ministra da Cultura, Marta Suplicy, no Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), em Salvador, a fim de costurar detalhes para a federalização da instituição. Relatora da Lei 11.904/2009, que criou o Ibram, durante a reunião Alice defendeu a federalização

do Muncab “como forma de afirmação da cultura do nosso povo, que tem em sua matriz africana forte e indissociável componente”. A deputada frisou que Salvador é a quarta capital do Brasil com maior número de museus. O Muncab foi federalizado!



Manifesto Cultural: Ditadura nunca mais!

Os 50 anos do Golpe Militar foram lembrados em um emocionante ato no Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Músicos, atores, deputados, senadores e servidores da Casa aderiram ao Manifesto Cultural “Ditadura Nunca Mais – Cultura e Resistência ao Golpe de 64”, promovido pela Comissão de Cultura. Alice, como Presidenta da Comissão de Cultura, tem realizado eventos como este em benefício do setor cultural.

Escola de Dança da Fundação Cultural



Com emenda parlamentar de Alice Portugal, o Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia terá salas de aulas modernizadas. O casarão antigo do Pelourinho que acolhe cerca de 1600 estudantes de dança da Bahia, do Brasil e até do exterior receberá tratamento acústico e climatização. A pedido da direção do centro, Alice também se articula com o governo do Estado para implantar uma residência estudantil que permita a alunos não residentes na capital baiana darem continuidade aos estudos.



Plano Nacional de Educação

Para a deputada Alice Portugal, o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas para a educação a serem atingidas em 10 anos, “é o verdadeiro grito de independência desse país”. Membro da Comissão Especial que analisou o PNE, ela foi uma das mais destacadas vozes pela aprovação de 10% do PIB para a educação e 75% dos royalties do petróleo para a educação.

As outras metas abordam a educação na sua inteireza. E em todas elas,

direta ou indiretamente, está contemplada a valorização dos profissionais de educação. No dia 25 do mês de junho de 2014, a presidenta Dilma sancionou sem vetos o PNE.

A deputada tem visitado o interior do estado da Bahia em Seminários sobre o PNE, asseverando que temos uma grande Lei, mas a luta vai continuar para fazer cumpri-la nos próximos dez anos.

Alice Portugal quer limitar a **internacionalização** do ensino superior brasileiro

A deputada Alice Portugal quer limitar as aquisições de instituições brasileiras de ensino superior por grandes grupos internacionais. Para ela, as aquisições e fusões que estão dominando o setor estão descaracterizando o ensino superior no País. É de sua autoria o PL 7.040/2010, que fixa em 10% a participação máxima

de capital estrangeiro em instituições brasileiras de ensino superior. Alinhada com entidades como a UNE e movimentos sociais pela educação, a deputada considera “um verdadeiro crime contra a soberania nacional e a educação no Brasil” a venda de instituições de ensino superior privadas para investidores internacionais.

Uma das autoras do projeto de lei que criou o piso salarial para profissionais do magistério público da educação básica e fixa regras para o seu reajuste, Alice luta obstinadamente pelo cumprimento da lei que ficou conhecida como a Lei do Piso. Alice participou de todas as manifestações em Brasília para a aprovação do piso e sua consolidação no Supremo Tribunal Federal. Foi a única deputada a se pronunciar do plenário da Câmara em favor da greve e das reivindicações dos professores em 2013.

Expansão do ensino **superior** público

No cenário da educação superior brasileira, Alice destaca-se como a embaixadora da expansão do ensino superior público e de qualidade. Participou das mobilizações que reuniram milhares de pessoas por toda a Bahia para a criação das novas Universidades Federais, já que por 60 anos a Bahia possuía apenas uma. A deputada foi relato-

ra na comissão de Educação da Câmara dos Deputados dos projetos de criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESB) e da Universidade Federal do Oeste, além de ser também relatora do projeto em tramitação que cria a Universidade Federal da Chapada Diamantina.

Alice defende com garra a criação da Universidade do Sudoeste e do Nordeste e litoral norte baiano. Um ensino superior de qualidade define o futuro da formação de profissionais de alto nível e concorre para a garantia da soberania nacional, com o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Alice Portugal: a deputada que **defende** a previdência social

Aposentadoria especial para professores, professoras e mulheres

A fim de corrigir distorções do Fator Previdenciário que penalizou sobremaneira professores, professoras e mulheres, Alice Portugal apresentou na Câmara dos Deputados, em 2013, o Projeto de Lei 5580/13, que propõe a alteração da Lei 8.213/1991, para ajustar a idade aplicada na apuração do fator previdenciário de professores que comprovem tempo efetivo de exercício exclusivo nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Em sua proposição, ela demonstra que com a aplicação do fator previdenciário, em 2012, “as professoras tiveram redução média de 40% no valor de seu benefício e os professores sofreram redução média de 26%, inferior a dos demais segurados que

se aposentaram por tempo de contribuição”. O PL 5580/13 vai corrigir essa distorção e assegurar que docentes e mulheres tenham benefícios equivalentes a qualquer outro trabalhador que se aposente por tempo de contribuição.



FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS MERECEM RESPEITO

Alice participa do 17º Encontro de Funcionários da Educação

Mais de 600 pessoas representando 210 municípios baianos participaram do 17º Encontro de Funcionários da Educação, realizado em Ilhéus (BA), em junho de 2014. Incansável militante pela educação brasileira, a deputada Alice Portugal participou do evento e colocou uma série de questões pertinentes aos interesses dos funcionários da educação do Estado da Bahia. Porteiros, Merendeiras e Secretárias merecem ser profissionalizados. Alice Portugal participou da aprovação do projeto Pró-funcionário, que inicia esta rota de superação da exclusão de direitos desta parcela da comunidade educacional, invisível para os governantes do passado.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Alice defende **umentar** pena para quem use menor para praticar crimes



Membro da Comissão Especial de Medidas Socioeducativas da Câmara dos Deputados, Alice Portugal declara que o Projeto de Lei nº 7.197 de 2002, do Senado Federal (e mais 18 apensados) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve priorizar a recuperação do menor envolvido em infrações, ao invés de implementar uma cultura de presídios para menores.

Para a deputada, os jovens e crianças não precisam de mais punição e sim de políticas públicas que lhes assegurem os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o art 4º do Título I do ECA. Ela defende o endurecimento da pena para adulto que alicia menores para a prática de crimes.

Exploração sexual de crianças e adolescentes

A deputada Alice Portugal atuou decisivamente no Parlamento em prol da aprovação da Lei Joanna Maranhão, em 2012, que aumentou o prazo para prescrição de crimes de pedofilia, estupro e atentado violento ao pudor praticados contra crianças e adolescentes. Alice também defende projeto de lei que tramita no Congresso que enquadra a exploração sexual de crianças e adolescentes como crime hediondo.

Trabalho infantil

Como participante da CPI do Trabalho Infantil, a Deputada presidiu audiência pública voltada para medidas de combate ao trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente durante o Carnaval da Bahia, em fevereiro de 2014, na cidade de Salvador. Alice defende como forma de se erradicar o trabalho infantil no Brasil a oferta de escola pública em tempo integral, prevista como uma das metas do PNE, e a ampliação do número de creches.

Em defesa da Juventude

Em 2004, a deputada Federal Alice Portugal foi vice-presidente da primeira Comissão de **Juventude** criada na Câmara dos Deputados e depois foi escolhida relatora da emenda constitucional que possibilitou a criação de um capítulo

específico sobre a juventude. Como decorrência destas ações parlamentares e por compromisso político dos governos de Dilma e Lula, criou-se e consolidou-se o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e deu-se a evolução das políticas públicas transversais, no plano educacional, da saúde, da formação profissional e no combate a todas as formas de discriminação.

O protagonismo da UNE e da UBES tem sido reconhecido por todo o setor educacional brasileiro e foi fundamental na criação e regulamentação do PROUNI, do FIES, da expansão universitária, criação dos Institutos Federais, o PRONATEC, a reserva de vagas, programa ciência sem fronteiras e especialmente na aprovação do Plano Nacional de Educação.

A **Deputada Alice Portugal**, que participou do movimento VIRANÇA na década de 70, viu nascer a União da Juventude Socialista (UJS). Esta organização juvenil, uma das maiores das Américas, uma das mais profundas parcerias que a Deputada Alice Portugal cultiva e honra.



Trata-se de semear o amanhã!



Reforma Política com estímulo à participação da mulher

Alice Portugal destaca-se no Parlamento como uma das mais contundentes defensoras de uma maior participação da mulher na política. Como coordenadora da Bancada Feminina, liderou a conquista de importantes resultados na chamada minirreforma eleitoral: alí ficou decidido que os partidos devem destinar 5% do fundo partidário para a formação de mulheres e 10% do tempo da propaganda partidária para rostos e ideias feministas.

Ainda como coordenadora da bancada feminina, propôs a alteração da legislação das cotas femininas. A Lei passou a obrigar os partidos a “preencher”, e não mais “reservar”, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Alice tem projeto para igualar salários de homens e mulheres para mesma função

O Projeto de Lei nº 6.653/09, de autoria da

deputada Alice Portugal, cria mecanismos, políticas públicas e ações positivas, visando acelerar a igualdade de fato entre mulheres e homens, bem como prevenir, coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, nas relações de trabalho urbano e rural. O PL prevê igualar salários de homens e mulheres para a mesma função.

Reforma política democrática e com força para as mulheres

Alice luta para influenciar os líderes da Câmara para que a reforma política tenha um corte de gênero e trabalha para difundir a campanha institucional “Mais Mulher na Política”, deflagrada pelo Congresso e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em março de 2014.

Regime fechado para devedor de pensão alimentícia

É de autoria de Alice Portugal a emenda

ao Código de Processo Civil (CPC - PL 8046/10), que mantém o regime fechado de prisão para o devedor de pensão alimentícia. Aprovada no Plenário da Câmara em março de 2014, a emenda prevê que o devedor terá três dias após a intimação para efetuar o pagamento de pensão atrasada e não dez dias, como previa o novo texto. Para Alice, o relaxamento da prisão ameaçaria de extinção o instituto da pensão, já tão dificultada, e “adiaria a chegada da comida na mesa das crianças brasileiras”.

Violência contra a mulher



Militante incansável pelo fim da violência contra a mulher, Alice foi uma das principais articuladoras para a aprovação da Lei Maria

da Penha e, atualmente, empenha-se pelo seu cumprimento. Ao pregar a “tolerância zero com a violência contra a mulher”, ela defende no Congresso medidas objetivas como a ampliação do orçamento público para o combate à violência, a fim de ampliar o número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam) e de Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, além do endurecimento da punição contra o agressor.

PEC das Domésticas

Durante a tramitação da PEC das Domésticas, Alice Portugal destacou-se na mobilização das trabalhadoras domésticas para a aprovação da matéria. Em abril de 2013, a Deputada comemorou, no Plenário da Câmara, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 72/2013, que garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores.



COMBATE AO RACISMO

Um dos aspectos que merecem atenção especial de Alice Portugal na luta por direitos e valorização da mulher é o combate ao racismo. Para Alice, o racismo potencializa a violência contra a mulher negra. Ela pontua que mais de 60% das mulheres vítimas de assassinato são negras.

Atualmente, ela mobiliza-se para contemplar o maior número possível de mulheres negras em programas de qualificação do governo. Entre outras ações, ela busca canalizar para mulheres negras recursos do programa Trilha, de qualificação profissional. O programa é voltado para jovens com idade entre 16 e 29 anos, em situação de desemprego involuntário, que pertençam às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

Alice festeja a aprovação das cotas para negros em concursos públicos

Defensora das ações afirmativas e combatente histórica da luta contra a discriminação racial, a deputada Alice Portugal comemorou a aprovação do Projeto de Lei 6.738/13, do Poder Executivo, que reserva 20% das vagas em concursos públicos da administração direta e indireta da União a candidatos negros e pardos que assim se declararem na inscrição. A matéria foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 9 de junho.

DEPUTADA FEDERAL PC DO B

ALICE A DEPUTADA
PORTUGAL DA BAHIA

6522